A aliança empresarial-militar contra os trabalhadores:

O caso Volkswagen



Empresas e patrões articularam e financiaram o Golpe de 1964. Durante a Ditadura muitas delas financiaram os centros clandestinos de tortura e extermínio

Reparar já!

Realização

Fórum de Trabalhadores e Trabalhadoras por Verdade, Justiça e Reparação

CSB Central dos Sindicatos Brasileiros

CSP Conlutas Central Sindical e Popular

CTB Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

FENAMETRO Federação Nacional dos Metroferroviários

IIEP

INTERSINDICAL Central da Classe Trabalhadora

NCST Nova Central

Apresentação

As cartas estão na mesa

A Volkswagen, além de seu poder econômico, foi uma empresa cúmplice das graves violações de direitos humanos durante os anos 70 e 80. As Comissões da Verdade de São Bernardo do Campo, dos Metalúrgicos de São José dos Campos e a Comissão Estadual Rubens Paiva colheram depoimentos contundentes de trabalhadores e recolheram documentação que comprovam o papel da Volks de organizadora do serviço de vigilância e controle dos ativistas e militantes que, por sua rebeldia, deveriam fazer parte de uma lista de "elementos perigosos", condenados ao desemprego.

Além disso, a empresa permitiu a violência por parte dos agentes da polícia política do Estado dentro da fábrica de São Bernardo do Campo. A Comissão Nacional da Verdade aponta a montadora como uma das articuladoras do sistema empresarial combinado com a repressão política para perseguir os trabalhadores.

O confronto com a Volkswagen na Comissão Rubens Paiva



Audiência pública sobre o caso Volks na Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva em 27 de fevereiro de 2015. Na mesa, Gazito e Lúcio (Volks), Djalma Bom (Mercedes) , Expedito (Volks), Neto (GT dos Trabalhadores), Adriano (Deputado Estadual), Ferreira (Vereador de São Bernardo do Campo) e o secretário de assuntos jurídicos da Volks, Rogério Varga

Historiador da Volks da Alemanha procura trabalhadores do Brasil

Em função das críticas que vêm recebendo, a empresa tomou uma iniciativa de contatar diretamente ex-trabalhadores. A preocupação corporativa com o assunto levou a trazerem da Alemanha o Sr. Manfred Grieger, chefe do seu Departamento de História Corporativa. Grieger escreveu um livro chamado Volkswagen e os trabalhadores no III Reich (MOMMSEN, Hans e GRIEGER, Manfred. Das Volkswagenwerk nd seine Arbeiter im Dritten Reich. Dusseldorf, ECON, 1997), no qual descreve os crimes cometidos pela empresa no período nazista. Segundo a empresa, o motivo do chamado seria recuperar a atuação no passado da Volks, considerando que a empresa fez o mesmo trabalho de resgate histórico na Alemanha em razão da sua intensa colaboração com o nazismo.

Mesmo sabendo que seria encaminhada ao Ministério Público uma representação relativa à conduta da empresa no período da ditadura brasileira, a empresa optou por tentar reunir para entrevistas individuais os trabalhadores que a acusaram publicamente. Essa iniciativa não foi anunciada na audiência pública ou comunicada ao Ministério Público. A vinda do historiador ao Brasil se deve à experiência internacional da Volks de reparar danos da sua convivência com regimes autoritários.

Os acionistas minoritários na Alemanha têm cobrado da empresa explicações sobre sua política no Brasil após a circulação do relatório da Comissão Nacional da Verdade em dezembro de 2014.

O encaminhamento possível

A empresa, através de seu representante na audiência pública na Comissão Rubens Paiva e diante de seu presidente Deputado Adriano Diogo e do Vereador José Ferreira, presidente da Comissão Municipal da Verdade de São Bernardo do Campo, reafirmou formalmente seu interesse em esclarecer a verdade sobre os fatos dos quais é acusada e a disposição de colaborar com as investigações. Segundo o representante, a falta de respostas da empresa sobre as denúncias dos trabalhadores deve-se ao desconhecimento dos acontecimentos das décadas anteriores. Apesar disso, reafirmou a disposição de cooperar.

O Fórum de Trabalhadores e Trabalhadoras por Verdade, Justiça e Reparação, apoiado por entidades sindicais, deverá dar encaminhamento ao que foi apurado pelas diversas comissões da verdade. Os trabalhadores/as não têm nada a esconder. Pelo contrário, tornar públicas as graves violações de direitos humanos descobertas e batalhar pela devida reparação é lançar luz sobre um período obscuro da história nacional e combater seus resquícios no presente. Aguardamos a posição da empresa.

Em 27 de fevereiro de 2015, a Volks compareceu em audiência pública organizada pela Comissão Estadual da Verdade de São Paulo Rubens Paiva, onde foi confrontada com os trabalhadores que há anos a acusam de promover demissões políticas, organizar um sistema de vigilância, impedir a livre organização dos trabalhadores e permitir, por várias vezes, a presença da repressão política que prendeu vários empregados no seu local de trabalho, à vista dos colegas e nas horas mais variadas. Um claro processo de intimidação e dissuasão da possível resistência e organização dos trabalhadores. Sem nenhum processo formal, os presos foram levados e torturados no DOPS.

O secretário de assuntos jurídicos da Volks, Rogério Varga, esteve presente na audiência e negou repetidamente a acusação de "graves violações de direitos humanos", porém, evasivamente, não explicou as prisões dentro da fábrica de São Bernardo do Campo, nem os relatórios com o timbre da empresa localizados nos arquivos do DOPS, os informes e análises políticas da situação no ABC levados para o CECOSE (Centro Comunitário de Segurança do Vale do Paraíba), a presença do criminoso nazista Franz Paul Stangl como funcionário, ou como na lista de indesejados do ABC aparecem anotações do endereço residencial dos trabalhadores e da seção onde trabalhavam feitas à mão. Informações essas somente possíveis de serem fornecidas pela empresa.

(1) GOMES, Américo. "Multinacionais alemãs se beneficiaram do golpe de 1964". Disponível em http://www.pstu.org.br/node/20027. Acessado em 02 de dezembro de 2014. (2) "Na Fiesp, convidavam-se empresários para reuniões em cujo término se passava o quepe. A Ford e a Volkswagen forneciam carros, a Ultragáz emprestava caminhões, e a Supergel abastecia a carceragem da rua Tutóia com refeições congeladas". GASPARI, Elio. A ditadura escancarada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.63.

(3) CASADO, José. "Operários em greve". In: O Globo (15/05/2005). "Em 1969, um dos chefes era Adhemar Rudge, coronel do Exército e engenheiro com domínio do idioma alemão. — Nunca houve terroristas nas fábricas — conta. — Nos preveníamos eventualmente com alguma troca de informações com o Dops. Ele nega participação no "Grupo de Trabalho" das empresas com a polícia política apesar dos registros na documentação do Dops: — Nunca houve grupo, nem reunião, nada. Só tratávamos da segurança do patrimônio". Disponível em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/rede-parlamentar-nacional-de-direitos-humanos/perseguicao.

O caso Volkswagen na ditadura civil-militar

Por muito tempo, foi acobertada de nossa história a contribuição material, financeira e ideológica do alto empresariado à articulação golpista pré-64 e à estruturação e consolidação do regime militar.

Havia um projeto político-econômico que era compartilhado tanto pelas cúpulas militares quanto pelas elites empresariais para se contrapor ao crescente movimento reivindicativo dos trabalhadores depois da Era Vargas. O Presidente João Goulart era, de certa forma, a corporificação desse outro projeto (popular e nacionalista) e por isso era tido como uma ameaça aos interesses das empresas nacionais e multinacionais. Com sua derrubada do poder, aperfeiçoou-se um aparato de monitoramento, repressão e perseguição aos trabalhadores, com o objetivo de submetê-los ao império do capital, ao tentar aniquilar sua força contestatória e transformadora. Nesse sentido, a empresa Volkswagen aparece como um caso exemplar em razão do seu profundo envolvimento com os militares no combate aos trabalhadores.

Vigilância, repressão e perseguição aos trabalhadores

A Volkswagen possui um histórico comprovado de implicação com o regime nazista na Alemanha. No Brasil, em relação à ditadura civil-militar, seu envolvimento foi igualmente intenso e estreito. O Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI), no período pré-golpe, tinha a participação da Volkswagen e era uma conspiração contra o governo de João Goulart. Com a instalação da ditadura civil-militar, a Volkswagen repassava a lista de seus trabalhadores mais engajados politicamente aos órgãos de repressão, fornecia material ao regime, participava de articulação com outras grandes empresas no monitoramento das atividades políticas dos trabalhadores, entre outras práticas desse tipo.

Segundo o pesquisador Américo Gomes, "*nada mais normal para uma empresa que foi fundada e dirigida por nazistas durante anos e construída toda a sua estrutura empresarial de maneira autoritária. Foi o governo da Alemanha, então sob o controle de Adolf Hitler que, em 1937, constituiu uma nova companhia automobilística estatal, cujo nome oficial era Gesellschaft zur Vorbereitung des Deutschen Volkswagens mbH. (Companhia para a Preparação dos Carros do Povo Alemão). Naquele mesmo ano, a empresa foi renomeada simplesmente como Volkswagenwerk, ou "Companhia do Carro do Povo*". Originalmente operada pela Frente Trabalhista Alemã, uma organização nazista(1).

Há diversas evidências que colocam a Volks como colaboradora ativa da ditadura. Em primeiro lugar, é reconhecido o ativo papel da transnacional na Operação Bandeirantes-OBAN, órgão clandestino de repressão apoiado por empresários paulistas(2) .

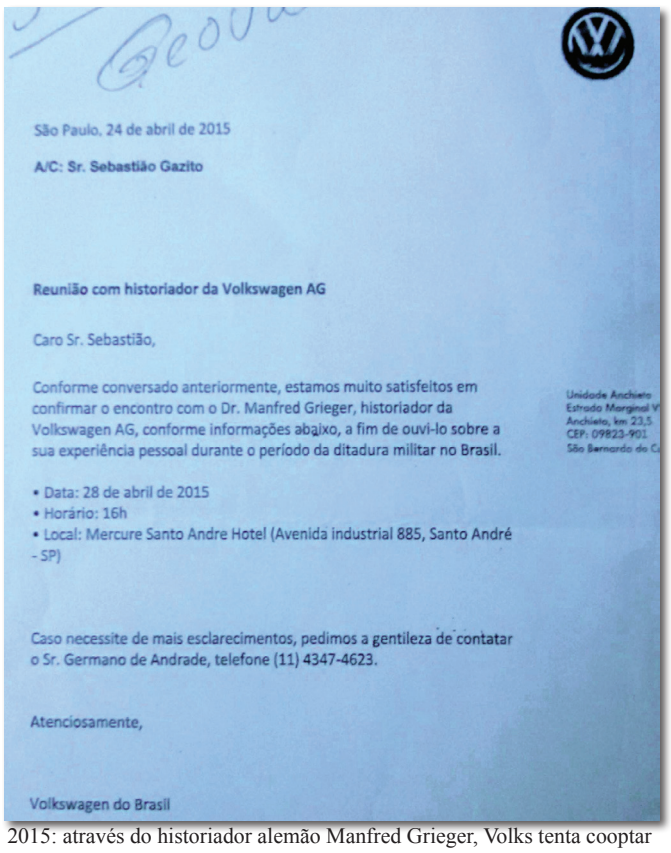
Documentos provam a cooperação da montadora com o DOPS. Dentre eles, destaca-se um resumo da atuação do Sindicato de São Bernardo e Diadema elaborado pela Segurança da Volkswagen. Em artigo publicado em O Globo, José Casado informa que "fábricas organizaram departamentos de segurança e ficharam funcionários, mas não evitaram movimento"(3), destacando que "entre os especialistas que contribuíram na montagem do 'serviço' da Volks estava o alemão Franz Paul Stangl. Fugitivo nazista, fora privilegiado por Hitler com o comando de dois dos principais campos de extermínio do III Reich na Polônia: Sobibor e Treblinka. Descoberto e preso, foi extraditado em 1967".

Além disso, a relação da Volkswagen com a repressão fica evidenciada no relatório proveniente do Setor de Análise, Operações e Informações sobre o "Comício realizado na Portaria da VW, no dia 26-03-80, pela Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema". Este ofício do DOPS reporta-se a "um resumo feito pela Volkswagen referente à atuação do Sindicato (...) elaborado pela Segurança da Volkswagen", anotando o agente policial que o sindicalista Luiz Inácio da Silva (Lula) identificou o Coronel Rudge entre os gerentes da Divisão de Segurança Industrial e Transporte da Volkswagen, tendo alertado os trabalhadores em assembleia.

Na fala do então líder sindical: "*dentro da VW, alguns setores que vocês trabalham, a segurança fica de olho em vocês através de um circuito de televisão e o Coronel Rudge fica o dia inteiro vendo televisão e vendo vocês trabalhando. Tomem cuidado porque o Coronel Rudge e os tenentes do Exército que trabalham aí dentro, eles têm um circuito fechado de televisão onde conseguem ver vocês dentro da seção*" (4).

O Coronel Adhemar Rudge dirigiu o serviço de segurança da Volkswagen de 1969 até 1991.

No mesmo relatório, há um documento intitulado "Liderança (Mau Sentido)"(5) no qual consta o nome de Lula, entre outros, e outro intitulado "Liderança (Bom Sentido)"(6), no qual listam-se agentes de confiança da empresa Volkswagen do Brasil que, sistematicamente, forneciam informações para o DOPS.



São Paulo, 24 de abril de 2015

A/C: Sr. Sebastião Gazito

Reunião com historiador da Volkswagen AG

Caro Sr. Sebastião,

Conforme conversado anteriormente, estamos muito satisfeitos em confirmar o encontro com o Dr. Manfred Grieger, historiador da Volkswagen AG, conforme informações abaixo, a fim de ouvi-lo sobre a sua experiência pessoal durante o período da ditadura militar no Brasil.

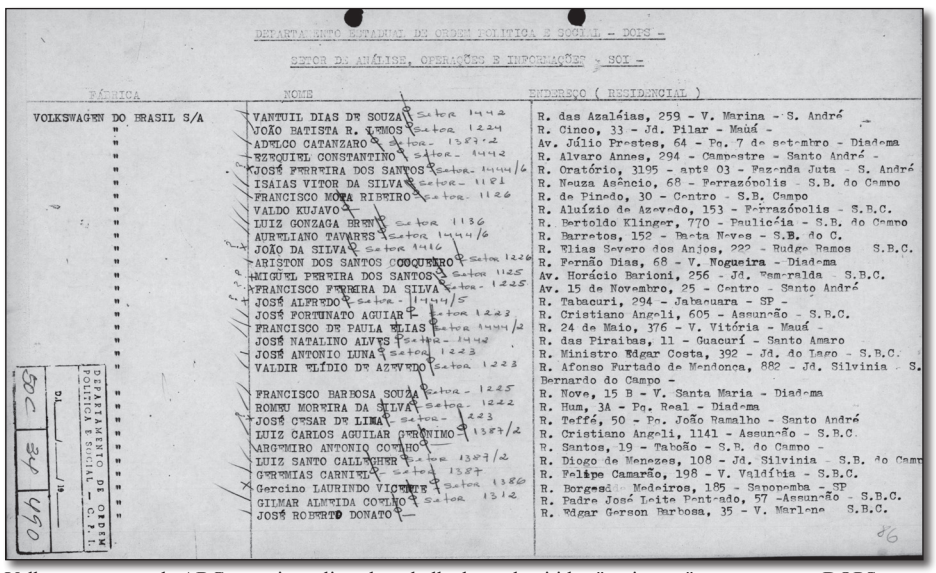
- Data: 28 de abril de 2015
- Horário: 16h
- Local: Mercure Santo Andre Hotel (Avenida industrial 885, Santo André - SP)

Caso necessite de mais esclarecimentos, pedimos a gentileza de contatar o Sr. Germano de Andrade, telefone (11) 4347-4623.

Atenciosamente,

Volkswagen do Brasil

2015: através do historiador alemão Manfred Grieger, Volks tenta cooptar militantes que a denunciaram



DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ORDEM POLITICA E SOCIAL - DOPS -

SETOR DE ANÁLISE, OPERAÇÕES E INFORMAÇÕES - SOI -

FÁBRICA	NOME	ENDEREÇO (RESIDENCIAL)
VOLKSWAGEN DO BRASIL S/A	VANTUIL DIAS DE SOUZA - Setor 1442	R. das Azaléias, 259 - V. Marina - S. André
	JOÃO BATISTA R. LEMOS - Setor 1224	R. Cinco, 33 - Jd. Pilar - Mauá -
	ADELCO CATANZARO - Setor 1387-2	Av. Júlio Prestes, 64 - Pq. 7 de setembro - Diadema
	EZEQUIEL CONSTANTINO - Setor - 1442	R. Alvaro Annes, 294 - Cammestre - Santo André -
	JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS - Setor 1444/6	R. Oratório, 3195 - antº 03 - Fazenda Juta - S. André
	ISAIAS VITOR DA SILVA - Setor - 1181	R. Neuza Asêncio, 68 - Ferrazópolis - S.B. do Campo
	FRANCISCO MOTA RIBEIRO - Setor 1126	R. de Pinedo, 30 - Centro - S.B. Campo
	VALDO KUJAVO	R. Aluízio de Azevedo, 153 - Ferrazópolis - S.B.C.
	LUIZ GONZAGA BRENA - Setor 1136	R. Bertoldo Klinger, 770 - Paulicéia - S.B. do Campo
	AURELIANO TAVARES - Setor 1444/6	R. Barretos, 152 - Pasta Neves - S.B. do C.
	JOÃO DA SILVA - Setor 1446	R. Elias Severo dos Anjos, 222 - Rudge Ramos - S.B.C.
	ARISTON DOS SANTOS COQUEIRO - Setor 1226	R. Fernão Dias, 68 - V. Nogueira - Diadema
	MIGUEL PEREIRA DOS SANTOS - Setor 1125	Av. Horácio Barioni, 256 - Jd. Esmeralda - S.B.C.
	FRANCISCO FERREIRA DA SILVA - Setor - 1225	Av. 15 de Novembro, 25 - Centro - Santo André
	JOSÉ ALFREDO - Setor - 1444/5	R. Tabacuri, 294 - Jabaquara - SP -
	JOSÉ FORTUNATO AGUIAR - Setor 1223	R. Cristiano Angeli, 605 - Assunção - S.B.C.
	FRANCISCO DE PAULA ELIAS - Setor 1444/2	R. 24 de Maio, 376 - V. Vitória - Mauá -
	JOSÉ NATALINO ALVES - Setor - 1442	R. das Piraibas, 11 - Guacuri - Santo Amaro
	JOSÉ ANTONIO LUNA - Setor 1223	R. Ministro Edgar Costa, 392 - Jd. do Taro - S.B.C.
	VALDIR ELÍDIO DE AZEVEDO - Setor 1223	R. Afonso Furtado de Mendonça, 882 - Jd. Silvinia - S. Bernardo do Campo -
	FRANCISCO BARBOSA SOUZA - Setor - 1225	R. Nove, 15 B - V. Santa Maria - Diadema
	ROMEU MOREIRA DA SILVA - Setor - 1222	R. Hum, 3A - Pq. Real - Diadema
	JOSÉ CESAR DE LIMA - Setor - 1223	R. Teffé, 50 - Pq. João Ramalho - Santo André
	LUIZ CARLOS AGUILAR GERONIMO - 1387/2	R. Cristiano Angeli, 1141 - Assunção - S.B.C.
	ARGEMIRO ANTONIO COELHO	R. Santos, 19 - Taboão - S.B. do Campo -
	LUIZ SANTO CALLIGHER - Setor 1387/2	R. Diogo de Menezes, 108 - Jd. Silvinia - S.B. do Campo
	GERÊMIAS CARNIEL - Setor 1387	R. Felipe Camarão, 198 - V. Valdíbia - S.B.C.
	Gercino LAURINDO VIEIRA - Setor 1386	R. Borges de Medeiros, 185 - Sapopemba - SP
	GILMAR ALMEIDA COELHO - Setor 1312	R. Padre José Leite Pentead, 57 - Assunção - S.B.C.
	JOSÉ ROBERTO DONATO	R. Edgar Gerson Barbosa, 35 - V. Marlene - S.B.C.

DEPARTAMENTO DE ORDEM POLITICA E SOCIAL - D.E.O.P.S. - SOC 347 490

Volks e empresas do ABC organizam lista de trabalhadores demitidos "perigosos" e repassam ao DOPS

(4) Relatório sobre comício realizado na portaria da Volkswagen, em 26 de março de 1980, pela Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. DOPS, documento 13, pasta 216-B, "Anexo 01", folha 03.

(5) Relatório sobre comício realizado na portaria da Volkswagen em 26 de março de 1980 pela Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Diadema. DOPS, documento 13, pasta 216-B, "Anexo 06".

(6) Idem. "Anexo 07". (7) DOPS, documento 502/37, pasta 489.

(8) Entre elas: 13 transnacionais (Caterpillar; Cebrace; Embrape; Ericson; Fiel; Ford; Genral Motors; Johnson & Johnson; Kodak; National; Phillips; Rhodia e Volkswagen) 8 nacionais (Confab, Avibras, Engesa, FNV, Mecânica Pesada, Tecelagem Parahyba; Vibasa; Villares); e 4 estatais (Cosipa; Embraer; Petrobras; Telesp).

(9) Relatório Final apresentado pelo Grupo de Pesquisa da Comissão da Verdade dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região.

(10) Informação número 142/ A-2/ IV COMAR.

A atuação no grande ABC e no Vale do Paraíba

Na Região do ABCDMRP (Santo André, São Bernardo, São Caetano, Diadema, Mauá, Riberão Pires e Rio Grande da Serra) era constante o monitoramento dos trabalhadores, pois grande parte das empresas metalúrgicas colaboravam sistematicamente com o DOPS. Havia uma lista encabeçada por grandes empresas, como Volks, Scania, Toshiba, Atlas Copco, Mercedes, com relação de 436 participantes da greve de 1980, contendo seu nome, seção de trabalho e endereço residencial(7). Essas chamadas "listas negras" impediam a contratação desses trabalhadores em outras empresas, o que os levava a trabalhos informais, a trabalhar em empresas menores ou mesmo ao desemprego.

No Vale do Paraíba, São Paulo, em 1983, foi organizado um Centro Comunitário de Segurança – CECOSE. Este Centro operou até 1985 no compartilhamento de informações sobre as atividades dos trabalhadores, sobretudo dos dirigentes sindicais, por meio de reuniões mensais nas dependências das fábricas, hotéis ou pousadas da região, com a presença de representantes empresariais. Configurou-se, portanto, como instrumento para aprofundar a colaboração entre o empresariado da região, o da capital de São Paulo e o regime militar a fim de manter a segurança patrimonial e política dentro das fábricas. Era composto por chefes de segurança de cerca de 25 grandes empresas(8) transnacionais, nacionais e estatais, entre elas a Volkswagen, e membros do Exército, Aeronáutica, Centro Técnico Aeroespacial, e das Polícias Militar, Civil e Federal(9).

As atas do CECOSE apontam papel destacado exercido pela Volkswagen, que tem uma unidade em Taubaté(10). Ela fazia um papel de serviço de inteligência para o conjunto de empresas e forças de segurança. A Volkswagen trazia relatórios escritos, detalhando a movimentação política em São Bernardo, onde se localiza a sua maior fábrica, e em outras cidades da região. Reporta as movimentações políticas nos bairros do ABC para a criação do Partido dos Trabalhadores (PT), detem-se sobre festas comunitárias, identifica a presença de dirigentes dos Sindicatos dos Metalúrgicos em atividades na periferia. Além disso, investiga a vida do médico David Rummel, funcionário do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, onde a Volkswagen não tem fábrica, apontando-o como comunista.

Prisão e tortura na Volkswagen:

O caso Lucio Bellentani

Na Volkswagen de São Bernardo do Campo, em junho de 1972, às 23h30min, aconteceu um caso de grave violação aos direitos humanos contra o ferramenteiro Lúcio Bellentani. Ele foi capturado no local de trabalho e levado ao DOPS para sessões de tortura e de acareação com outros trabalhadores a fim de identificá-los. Tudo isso com a participação e a cumplicidade da empresa Volkswagen.


Na mesa, durante a Audiência Pública sobre o caso Vokswagen na Comissão Estadual da Verdade, Gazito e Lúcio (Volks), Djalma (Mercedes) e Expedito (Volks)

Lúcio começou a trabalhar na Volkswagen em 20 de setembro de 1964. Depois de três meses, entrou para o PCB. Militava para a formação de uma base do partido na grande empresa, segundo as diretrizes do PLACOMPI – Plano de Construção de Bases do Partido nas Empresas. Em 1972, chegaram a vender cerca de 300 exemplares do jornal Voz Operária por mês. Havia uma forte revista para entrar na fábrica, maior até do que na saída. O material da militância era colocado no fundo da marmita para conseguir passar pelos seguranças, que mandavam os trabalhadores abrirem as marmitas quando chegavam para trabalhar. Lúcio conta que a base do partido na Volkswagen, àquela época, era de 250 pessoas(11).

Em junho de 1972, ocorre a prisão de Amauri Dagnoni, também militante do Partido Comunista. A partir daí, Lúcio Bellentani é preso no mesmo dia, na manutenção da sala de prensas da Ala 4, por volta das 23h30min, por policiais do DOPS, da equipe do delegado Ancra, acompanhados da segurança da Volkswagen.

Em suas próprias palavras:

"*Quando foi 11 e meia da noite, eu estou na bancada, eu trabalhava ali na... Estava na manutenção da sala de prensas da ala 4, estava ali trabalhando, estava de costas, quando a metralhadora me bateu na costela. Eu olho para trás e vi o chefe de seguranças da Volks encostado na coluna, perto do corredor, com um raio de uma arma que nem um revólver, um parabélum dessa idade assim, na mão. Aí, já me pegaram, no meio da seção. A peãozada ficou toda olhando, sem entender bulhufas. Me levaram para o departamento pessoal. Nem para a segurança eu fui, fui para o departamento pessoal. Cheguei lá, estava o Amauri Dagnoni, com os caras. Ali eu já comecei a levar umas porradas*"(12).

Lúcio é então levado ao DOPS, onde têm início as sessões de tortura para tentar extrair alguma informação sobre as atividades do PCB nas fábricas da região. Ao todo, Lúcio ficaria aproximadamente 47 dias passando pelo DOPS e pela OBAN. Após a captura de Lúcio, a Volks ainda permitiria por cerca de seis vezes a entrada de Amauri Dagnoni, escoltado por agentes da repressão, para identificar membros da base do partido em seu local de trabalho. Nessas incursões, o Coronel Rudge sempre os acompanhava.

Em torno de 22 trabalhadores, a maioria da Volkswagen, mas também da Mercedes, Perkins e Metal Leve, foram levados ao DOPS para sessões de tortura com Lúcio, que sempre negou saber de qualquer informação em relação à militância das pessoas com quem era confrontado.

Depois desse período, ele foi levado ao Presídio Tiradentes, onde ficou preso por 9 meses. Em 1973, em seu primeiro julgamento, é absolvido por insuficiência de provas. Com o recurso, contudo, é condenado pelo Supremo Tribunal Federal a dois anos de prisão. Assim, fica mais 8 meses preso no Presídio Tiradentes e no Hipódromo.

2015: relacionamento através dos Sindicatos, Comissão da Verdade e Fórum dos Trabalhadores

Os trabalhadores chamados para falar com o historiador Manfred Grieger recusaram a relação individual com a empresa. Reunidos com o ex-presidente da Comissão Rubens Paiva, Adriano Diogo, e com o ex-presidente da Comissão da Verdade de São Bernardo, José Ferreira, optaram por se relacionarem com a empresa através de suas entidades sindicais, da Comissão da Verdade e das iniciativas do Fórum dos Trabalhadores e Trabalhadoras por Verdade, Justiça e Reparação.


Reunião dos trabalhadores da Volks em 29 de abril de 2015 para discutir iniciativas após serem chamados pela Volks. Da esquerda para a direita: Braz, Geovaldo, Expedito, Neto (Fórum de Trabalhadores), Adriano (Comissão Rubens Paiva), Ferreira (Comissão da Verdade de SBC), Gazito, Vilmo e Belloni. Decisão: serem ouvidos formalmente acompanhados pelas comissões da verdade ou chamados pelo Ministério Público

(11) Comissão Nacional da Verdade Vladimir Herzog: relatório final, maio a dezembro de 2012. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2013, p. 49 (ANEXO 6).
(12) BELLENTANI, Lúcio. Entrevista concedida a Alvaro Egea, Sebastião Neto, Milena Fontes e Rodrigo Machado. Jacareí (SP), 16 de outubro de 2014.